

EDITORIAL

O Movimento Autogestionário edita a Revista Enfrentamento há quase uma década. Este é um periódico de caráter eminentemente político. Não há nas páginas da Revista nenhuma pretensão de neutralidade e objetividade, mas sim um compromisso com a transformação revolucionária da sociedade. Este compromisso gera outras vinculações: com o materialismo histórico-dialético; com os interesses de classe do proletariado; com a busca pela verdade; com a crítica das ideologias burguesas e interesses capitalistas etc. Deste modo, se há algum mérito em periódicos como este, é demonstrar que a produção cultural partindo da perspectiva proletária não é procedimento jurássico, justamente por que o proletariado como classe é realidade contemporânea e a possibilidade de um levante popular é algo presente.

Demonstrações de instabilidade política, econômica, social se apresentam em quase todas as regiões do mundo. O regime de acumulação integral, ou seja, a etapa atual do modo de produção capitalista, que emerge após a década de 1980, começa a apresentar em vários momentos problemas em se reproduzir. Não estamos aqui advogando nenhuma crise final do capitalismo. Na verdade, lutamos para que esta se realize o quanto antes, contudo, o fim do capitalismo não é mera questão de desejo, embora este deva compor o rolo compressor, a revolução autogestionária, que colocará definitivamente esta sociedade no museu da história. Embora não seja a crise final que se desenha no horizonte, o que está em jogo na atualidade são crises setoriais (finanças, produção industrial, setor de serviços, etc.), problemas sociais graves (desemprego, migração etc.) que não são passíveis de serem solucionados dentro dos estritos limites da acumulação integral (organização toyotista do processo de trabalho; estado neoliberal e relações internacionais marcadas pelo neoimperialismo e oligopolismo transnacional). Estes elementos que garantiram uma acumulação de capital em condições mais ou menos estáveis não estão mais conseguindo se reproduzir sem percalços.

Em contrapartida, a classe capitalista e suas auxiliares (burocracia e intelectualidade) ainda não conseguiram desenhar um novo cenário político, econômico e social. Tentam resolver as dificuldades empregando as mesmas estratégias que garantiram o sucesso da acumulação integral nos anos de 1980, 1990 e início dos anos 2000. Arrocho nas políticas sociais, transferência de renda para o setor financeiro,

privatizações etc. são os componentes da receita. Estas, contudo, não são mais suficientes, pois produzem sempre os mesmos efeitos: desemprego, instabilidade política e social, etc. O drama, porém, é que ainda não se apontou no horizonte histórico uma fórmula nova. Isto implica que as classes dominantes irão apertar ainda as condições de existências das classes desprivilegiadas, radicalizando as políticas neoliberais já enfeixadas há décadas.

É neste ponto que nos encontramos nos dias correntes. A forma atual de reprodução das relações sociais está com dificuldades de se reproduzir, não existe ainda nenhum novo desenho de como se modificar o quadro estabelecido, o que implica que haverá uma radicalização das políticas neoliberais em escala global. Isto tende a acirrar os conflitos que já se anunciam há vários anos em Europa, Estados Unidos, América Latina etc.

É neste sentido que o artigo de Nildo Viana: Blocos Sociais e Luta de Classes vem muito a calhar, pois situa com clareza teórica e radicalidade política o papel do bloco revolucionário no momento atual do modo de produção capitalista. O texto de Lisandro Braga: Capital Comunicacional e Discurso do Poder demonstra o significado político das empresas capitalistas de comunicação, clarificando a relação destas com o poder estabelecido. Os textos de Edmilson Marques: A Questão da Organização Revolucionária e Anton Pannekoek e de André de Melo Santos: A Guerra Civil na França de 1871 resgatam as contribuições de Karl Marx e Anton Pannekoek acerca da questão da organização revolucionária e da luta proletária. Corroborando com estes dois últimos, o texto de Lucas Maia: Observações ao Texto “A Guerra Civil na França: Marx Antiestatista?” de Felipe Corrêa polemiza com o anarquista Felipe Corrêa acerca da interpretação deste do texto de Marx A Guerra Civil na França. Por último, o texto de Diego Marques Pereira dos Anjos: Porque Não Existe uma Lei Obrigue os Políticos a Cumprirem as Promessas de Campanha? realiza um debate de extrema atualidade, qual seja, o significado político que as instituições burocráticas (partidos políticos, estado etc.) desempenham na luta de classes.

Esperamos que este número seja mais um contributo à colossal luta de por em xeque a sociedade capitalista.